

**O PROGRAMA  
CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS  
EM AVALIAÇÃO**



**José Marcelo Freitas de Luna  
Paulo Roberto Sehnem  
Organizadores**

Pontes



**O PROGRAMA  
CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS  
EM AVALIAÇÃO**



José Marcelo Freitas de Luna  
Paulo Roberto Sehnem  
Organizadores

Pontes

Todos os direitos desta edição reservados a Pontes Editores Ltda.  
Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia  
sem a autorização escrita da Editora.  
Os infratores estão sujeitos às penas da lei.  
A Editora não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta publicação.

#### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

---

Luna, José Marcelo Freitas de. / Sehnem, Paulo Roberto. / (Orgs.)

O programa Ciência sem Fronteiras em Avaliação  
José Marcelo Freitas de Luna / Paulo Roberto Sehnem (Orgs.)  
Campinas, SP : Pontes Editores, 2017

Bibliografia.  
ISBN 978-85-7113-849-0

1. Educação - currículo - interculturalidade
2. Mobilidade Estudantil - Internacionalização universitária
3. Linguagem e línguas I. Título

---

#### **Índices para catálogo sistemático:**

1. Educação - currículo - interculturalidade - 370.7
2. Mobilidade Estudantil - Internacionalização universitária - 370.7
3. Linguagem e línguas - 407



*Copyright* © 2017 - dos organizadores representantes dos colaboradores  
*Coordenação Editorial:* Pontes Editores  
*Editoração:* Eckel Wayne

CONSELHO EDITORIAL:

Angela B. Kleiman  
(Unicamp – Campinas)

Clarissa Menezes Jordão  
(UFPR – Curitiba)

Edleise Mendes  
(UFBA – Salvador)

Eliana Merlin Deganutti de Barros  
(UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná)

Eni Puccinelli Orlandi  
(Unicamp – Campinas)

José Carlos Paes de Almeida Filho  
(UNB – Brasília)

Maria Luisa Ortiz Alvarez  
(UNB – Brasília)

Suzete Silva  
(UEL - Londrina)

Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva  
(UFMG – Belo Horizonte)

PONTES EDITORES

Rua Francisco Otaviano, 789 - Jd. Chapadão

Campinas - SP - 13070-056

Fone 19 3252.6011

[ponteseditores@ponteseditores.com.br](mailto:ponteseditores@ponteseditores.com.br)

[www.ponteseditores.com.br](http://www.ponteseditores.com.br)



## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....7

### Parte I - Avaliação das características do CsF

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS PAULISTAS:  
BASES E IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS .....15

Paula Regina de Jesus Pinsetta Pavarina / Regina Claudia Laisner  
Camila Gonçalves de Mario

OS BOLSISTAS DO PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS NA UFMG:  
PERFIL SOCIAL E ESCOLAR .....37

Catarina Barbosa T. Gomes / Maria Alice Nogueira

PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS EM EVIDÊNCIA: PERFIL DOS  
ACADÊMICOS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ENGENHARIAS  
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC .....61

Karen Lucia Martinez / Marcia da Silva Mazon / Luciane Stallivieri

### Parte II - Avaliação dos impactos do CsF

*BRAIN DRAIN OU BRAIN GAIN: UMA ANÁLISE CONSTRUTIVA*  
DO PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS .....81

Karen Lucia Martinez / Luciane Stallivieri

O DESEMPENHO DO PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS NA  
AUSTRÁLIA SOB O PONTO DE VISTA DE ESPECIALISTAS AUSTRALIANOS  
E LATINO-AMERICANOS .....101

Dileine Cunha / Ivan Rocha Neto

OS EGRESSOS DO PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS PELA  
PERCEPÇÃO DE PROFESSORES E OUTROS PROFISSIONAIS.....127

José Marcelo Freitas de Luna / Paulo Roberto Sehnem

A MOBILIDADE ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR E A FORMAÇÃO  
DOS ACADÊMICOS: O CASO DO CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS .....161

Damiana Ballerini / Viviane Castro Camozzato / Álvaro Maia Batista

SOBRE O ENSINO DA LÍNGUA INGLESA NO CURRÍCULO ESCOLAR  
POR REPERCUSSÕES DO PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS .....179  
Eliana Santiago Gonçalves Edmundo / José Marcelo Freitas de Luna

CIÊNCIA COM FRONTEIRAS: A MOBILIDADE ACADÊMICA  
E SEUS IMPACTOS .....197  
Maria Cláudia Fogaça Bido

### Parte III - Avaliação dos desafios do CsF

A INTERNACIONALIZAÇÃO DE UNIVERSIDADES E O MUNDO CORPORATIVO:  
OS DESAFIOS DO PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS (CSF) PARA  
O DESENVOLVIMENTO DE UM PROFISSIONAL MULTICULTURAL .....215  
Patrícia Duarte Peixoto Morella

O PAPEL DA TELECOLABORAÇÃO NA MOBILIDADE ACADÊMICA:  
UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O PROGRAMA CSF .....231  
Rodrigo Schaefer / Christiane Heemann / Margarete Belli

O CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS E OS DESAFIOS DOS ESTUDANTES BRASILEIROS  
NAS UNIVERSIDADES FRANCÓFONAS: O *COURS MAGISTRAL* ..... 249  
Vilton Soares de Souza

SABER SEM FRONTEIRAS: PORQUE AS HUMANIDADES IMPORTAM .....267  
Vera Lucia Harabagi Hanna

CONSIDERAÇÕES SOBRE A AVALIAÇÃO DO PROGRAMA CSF POR  
INDICADORES DE APRIMORAMENTO DE COMPETÊNCIA LINGUÍSTICA.....283  
Andressa Beatriz Gotzinger / Camila Thaisa Alves Bona / Christiane Heemann /  
Eliana Santiago Gonçalves Edmundo/ Elisângela Zeferino / José Marcelo Freitas  
de Luna/ Juliano Bona / Márcia Grazziotin / Margarete Belli / Paulo Roberto  
Sehnm / Valkiria de Novais Santiago

SOBRE OS AUTORES .....303



## INTERNACIONALIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS PAULISTAS: BASES E IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS

Paula Regina de Jesus Pinsetta Pavarina  
Regina Claudia Laisner  
Camila Gonçalves De Mario

### INTRODUÇÃO

Na América Latina de modo geral, a internacionalização do ensino superior tem se estabelecido de maneira desconexa e desigual, sem configurar como função estratégica da construção e implementação de políticas públicas.

No Brasil, de modo similar, as instituições de ensino superior pouco conseguiram traduzir em projetos e programas mais organizados e longevos o fomento e financiamento da cooperação acadêmica internacional. Por outro lado, o Programa “Ciência sem Fronteiras” (CsF), criado em 2011 pelo Governo Federal, parece apontar para uma mudança neste cenário comprometendo-se com a estratégia da expansão e internacionalização da ciência e tecnologia brasileiras em âmbito internacional, o que o coloca como objeto deste artigo. Cabe, porém, nele averiguar até que ponto este processo se confirma e se consolida no caso brasileiro e em que direção. Por isso o objetivo do artigo é, inicialmente, apresentar o debate no qual se insere o Programa e possíveis sentidos de sua implementação para, em seguida, contextualizar historicamente seu desenho na trajetória da internacionalização



da educação superior no Brasil, para então discutir efetivamente suas bases e implementação nas universidades públicas estaduais de São Paulo – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Universidade de São Paulo (USP), por meio de pesquisa documental e comparada, considerando os dados disponíveis até janeiro de 2016.<sup>1</sup> Desta maneira, pode-se ter um panorama da permeabilidade do CsF fundamentada em casos concretos, ao se analisar três universidades consideradas de excelência para o ensino e para o desenvolvimento científico nacional.

### O DEBATE ACERCA DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A internacionalização da educação superior pode ser considerada um processo abrangido tanto no nível nacional como no institucional, aos quais se integra a dimensão internacional, intercultural ou global aos propósitos, funções e ofertas de educação superior (ensino, pesquisa e extensão), tal como apresentado por Knight (2004). Esta internacionalização assume diferentes roupagens: mobilidade acadêmica de estudantes de graduação, pós-graduação e de docentes, bem como de pessoal técnico-administrativo, colaboração ou desenvolvimento conjunto de pesquisas, delimitação de projetos internacionais de desenvolvimento em educação superior, internacionalização de currículos ou estruturas curriculares em programas e cursos gerais ou de disciplinas específicas – e no caso extremo a dupla titulação, a cooperação interinstitucional e a prestação de serviços educacionais (estabelecimento de filiais de faculdades/ universidades no exterior ou redes transnacionais de instituições de ensino superior) (VAN DAMME, 2001).

---

<sup>1</sup> É necessário destacar que o Programa Ciência sem Fronteiras sofreu alterações no ano de 2016, diante da mudança ocorrida na Presidência da República. Entretanto, este artigo considera as orientações e os resultados atingidos pelo CsF até janeiro de 2016, última data de atualização do sítio do Programa na Internet.



Obrigação ou vocação; ideia ou ideal; a internacionalização do ensino toma parte em uma sociedade onde a informação e o conhecimento já se estabelecem de forma cada vez menos restritas às suas fronteiras.

Pode-se entender a internacionalização da educação superior inserida em um processo muito mais amplo e que corresponde ao que a literatura recorrentemente aponta como o fenômeno da 'globalização'. Entendida em perspectiva ampliada, apresenta-se uma conceituação singela, mas entremeada de complexa significância: a globalização compreende a ideia de "alargamento de todos os contextos" (SANTOS, 2011, p.11), uma expansão dos limites analíticos propostos tradicionalmente pela Geografia e pela História. Compreende "um processo multidimensional em que estão em contínuas e complexas interações e mútuas dependências a economia, as finanças, o mercado, a política, as relações pessoais, os sistemas de informação e comunicação, a ciência e a tecnologia, a cultura, a educação, [...]" (DIAS SOBRINHO, 2005, p.51). Assim, a globalização se faz sentir em todos os setores, sendo a educação somente um deles.

Em tese, e em uma perspectiva mais otimista, a internacionalização da educação superior aparece como uma alternativa de resposta a este processo de globalização, possibilitando a qualificação e capacitação das pessoas em um mundo e um futuro cada vez mais interconectado e interdependente. Porém, há que ressaltar os riscos de uma interconexão e interdependência em um mundo assimétrico e de dependência de alguns países e regiões mais abastadas que outras. Não são poucos os críticos que apontam como a globalização, ao invés de diminuir as diferenças, tem acirrado estes impactos de maneira negativa. Gentili (2002), por exemplo, considera este fenômeno como 'excludente', e outros autores clamam por uma "outra globalização", nos termos de Santos (2011), de modo a se superar a fábula da "aproximação" e "horizontalidade" global.



Corre-se o risco, portanto, de se estabelecer uma nova 'divisão internacional do trabalho universitário', na medida em que as distâncias e diferenças no acesso e difusão de conhecimento entre os países podem se constituir em uma nova 'geopolítica do conhecimento' (LIMA; CONTEL, 2011). Lima e Contel (2011) avaliam a inserção das nações de maneira diferenciada, classificando-as em 'nações ativas' e 'nações passivas', em função da posição adotada pelos governos frente ao processo de internacionalização da educação. Com esta conotação, os autores concluem que enquanto alguns países são considerados 'ativos' – notadamente os países que conjugam recursos e esforços do poder público, traduzidos em uma política pública com esta finalidade e objetivo – outros permanecem 'passivos', sem uma ação regular e proativa do Estado e ficam à mercê dos interesses dos demais (p.489). Aos países 'passivos' caberia o papel de recepcionar as políticas desenvolvidas no exterior e contribuir ao processo de internacionalização de maneira marginal – pela falta de estrutura, tradição, recursos para instalação de unidades ou campus no exterior, por não recepcionar docentes, discentes ou pesquisadores, ou ter uma oferta limitada de serviços educacionais de interesse dos estrangeiros.

Com esta apreensão a respeito da 'passividade' frente à geopolítica do conhecimento, os países em desenvolvimento têm sido visualizados como mercados atraentes à prestação de serviços educacionais. Isto porque há um contexto considerado benéfico para o aproveitamento destas oportunidades, dada a fragilidade institucional ou falta de regulamentação no acesso ao mercado de educação superior por parte de estrangeiros, falta ou limitação na oferta de cursos ou programas de pós-graduação *latu* ou *strictu sensu* e dúvidas quanto à qualidade do serviço educacional prestado (AUPETIT, 2005).

De todo modo, a internacionalização é apontada, ainda que com estas ressalvas, tanto da parte dos governos, enquanto um elemento importante em termos de políticas públicas educacio-



nais, como da parte das próprias Instituições de Ensino Superior (IES), enquanto um aspecto estratégico. Vários organismos e fóruns internacionais têm apoiado esta visão, com destaque para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), que passa a enfatizar a internacionalização, principalmente após a divulgação das conclusões advindas das duas Conferências Mundiais sobre Educação Superior, realizadas em Paris em 1998 e 2009. Em ambos os eventos são destacados os benefícios da internacionalização – sendo a ‘dimensão internacional’ da IES considerada um item de caráter avaliatório da ‘qualidade’ institucional – destacando a cooperação e a solidariedade que devem resguardar as parcerias entre as IES, beneficiando particularmente os países menos desenvolvidos por meio da divisão equitativa dos benefícios mútuos daí decorrentes e do compartilhamento de conhecimentos teóricos e práticos.

O fato é que a realidade da internacionalização, neste novo ‘pano de fundo’, ainda é um território com sentidos em disputa, em que, ao mesmo tempo, organizações como a Unesco defendem uma perspectiva mais ‘solidária’ da educação e também imperam fortes discursos com sentidos de maior competição, com um entendimento mais ‘comercial’ da educação, na espreita de grandes corporações educacionais privadas. Portanto, é fundamental que se tenha clareza destes significados para qualquer estudo proposto em termos de avaliação da internacionalização da educação, assim como é essencial para a descrição e análise de qualquer fenômeno, uma contextualização histórica, ao qual nos dedicamos a seguir.

#### **HISTÓRICO DO PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL**

O processo de formação política e econômica do Brasil destaca o isolamento educacional que perdurou durante todo o período colonial. Antes da transferência da Corte portuguesa para o Rio



de Janeiro em 1808, a instalação de estabelecimentos de ensino superior era proibida por Alvará Régio, ao contrário do que ocorria em outras colônias hispânicas.<sup>2</sup>

Ainda que o ensino superior tenha demorado a ser introduzido no território brasileiro, a sua 'internacionalização' é parte intrínseca do nosso passado. A educação superior dos brasileiros pertencentes às elites coloniais era fortemente influenciada pela Europa, para onde se dirigiam os abonados filhos de grandes proprietários de terras, funcionários públicos e membros do clero de alta hierarquia. Os principais destinos dos estudantes brasileiros eram Coimbra e Lisboa e, em menor intensidade, Londres e Paris. A 'internacionalização do ensino superior' durante estes três séculos pode ser entendida, então, como uma tentativa de impedir ou dificultar a formação intelectual autônoma na colônia e ao mesmo tempo reproduzir ou consolidar o pensamento em consonância com a Metrópole.

Durante o século XIX houve a instalação de estabelecimentos isolados de ensino superior, destinados a servir a família real, a Corte e a nascente elite brasileira. Já em 1808 foi fundado o Colégio Médico-Cirúrgico da Bahia e a 'cadeira' de Anatomia junto ao Hospital Militar do Rio de Janeiro e, posteriormente, as Academias Militares e a Escola de Belas Artes. No período que vai de 1808 a 1889 foram criados 24 estabelecimentos destinados à educação superior, totalmente isolados um dos outros, nos quais se destacavam as carreiras de Medicina, Direito e Engenharias (OLIVE, 2002).

Há de se ressaltar, entretanto, que o apoio institucional por parte do governo começou a ser delimitado somente na década de 1930, o que possibilitou a criação das IES públicas, estaduais e federais.

---

2 A exceção era a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, estabelecida no Rio de Janeiro, em 1792, e considerada precursora da educação superior militar e da engenharia, destinada a formar e qualificar oficiais do Exército português nas armas de infantaria, cavalaria, artilharia e engenharia militar.



No transcorrer do século XX, a internacionalização do ensino superior foi se ressignificando e Lima e Contel (2011) identificam ao menos quatro períodos e fases. A primeira fase do processo de internacionalização deu-se entre os anos de 1930 e 1960, quando o foco era o fortalecimento do projeto acadêmico das instituições nacionais, por meio da contratação de professores visitantes de universidades europeias e dos Estados Unidos. A incorporação de professores estrangeiros foi considerada a maneira mais rápida, fácil e barata para composição de quadros profissionais e complementação de saberes, enquanto uma política individual das universidades. Foi forte também a influência destes profissionais na gestão e administração da vida universitária e nos diferentes níveis do processo educativo, assim como no desenho da política universitária dentro do Ministério da Educação.

Com o fim da II Guerra Mundial começou a ser desenhada uma nova etapa na internacionalização da educação superior. Entre 1960 e 1970, o segundo período da internacionalização da educação superior brasileira, o governo brasileiro passou a estabelecer acordos bilaterais de cooperação educacional, científica e tecnológica com diferentes países (LAUS; MOROSINI, 2005), investindo-se na vinda de professores-consultores, na pós-graduação e no aumento de número de bolsas de estudos destinados à formação de mestres e doutores no exterior. Nesta fase, identifica-se o “interesse de formar pesquisadores e profissionais com a expertise requerida pelo projeto de modernização das instituições públicas e pelo projeto desenvolvimentista formulado para o País [...]” (LIMA; CONTEL, 2011, p.167), voltado, sobretudo, à qualificação de recursos humanos voltados para o aumento da produção industrial e agrícola.

O terceiro período abrange os anos 1980 e 1990, momento em que há ampliação dos cursos de pós-graduação *stricto-sensu* no país, com os objetivos de consolidar o sistema de educação superior formando professores e pesquisadores, liderar os



processos de difusão e produção de conhecimento e formar profissionais capacitados a impulsionar o desenvolvimento econômico.

A cooperação internacional assume outro formato, tentando escapar das relações de subordinação e estabelecendo relações mais igualitárias, com “a integração de grupos interinstitucionais e de paridade científica entre os cooperadores nacionais e internacionais”.<sup>3</sup> Trata-se, pois, de um movimento estrategicamente integrado ao sistema mundial de educação superior, mas com perspectiva de afirmação acadêmica brasileira. O propósito central deste processo passou a ser o fortalecimento do desenvolvimento nacional, por meio da formação de quadros para produção e difusão do conhecimento. Os Ministérios da Educação (MEC), de Relações Exteriores (MRE) e de Ciência e Tecnologia (MC&T) cumpriram importante papel neste processo, por meio de ações articuladas que investiram na criação de institutos de pesquisa em áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento econômico e para as políticas públicas e no apoio a projetos de pesquisa conjuntos/interdisciplinares.

Também na década de 1990, a Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) passou a considerar a inserção internacional das IES enquanto critério de avaliação dos programas de pós-graduação, atribuindo as notas mais elevadas, seis e sete, apenas para os Programas de Pós-Graduação (PPGs) de nível internacional. Mais do que incentivados, os Programas foram pressionados a firmar acordos de cooperação com universidades no exterior, com a expectativa que investissem em permutas de docentes, no fomento a doutorados sanduíche ou pós-doutoramento de professores no exterior, na presença de docentes e discentes em eventos, projetos ou pesquisas internacionais.

3 “[...] mesmo no âmbito acadêmico, as relações hierárquicas Norte-Sul tendem a reproduzir. No caso do processo de internacionalização da educação, essas desigualdades entre as posições de prestígio e poder das instituições e dos acadêmicos dos países centrais são identificadas como expressões de uma espécie de colonialismo moderno [...], ou como manifestação do poder brando desses países [...]” (LIMA; CONTEL, 2011, p.172).



A partir dos anos 2000, a quarta fase segundo Lima e Contel (2011), o ensino superior brasileiro vivenciou um expressivo aumento no número de instituições privadas. Ao mesmo tempo, vivencia-se um momento de “desfinanciamento” da educação superior, com redução de repasse de recursos e bolsas do Governo Federal aos PPGs, até então foco central das ações de cooperação internacional, centradas no intercâmbio internacional de docentes e discentes. Trata-se de uma fase que aponta para um sentido inverso da anterior, mais aberta à competição internacional que, posteriormente, se altera novamente a partir dos anos 2010, no bojo das iniciativas do Programa Ciência sem Fronteiras.

#### O PROGRAMA “CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS” E SUAS BASES DE IMPLEMENTAÇÃO<sup>4</sup>

O Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) foi criado em 2011 pelo Governo Federal, durante a gestão da presidente Dilma Rousseff. Este programa altera substancialmente a inserção internacional do ensino superior brasileiro, conferindo novo patamar ao fomento e financiamento da cooperação acadêmica internacional e nova perspectiva em termos de expansão da ciência e tecnologia brasileira em âmbito internacional, uma vez que antes dele os programas públicos para promoção da internacionalização eram bem menos acessíveis, sobretudo para estudantes de graduação.

O CsF foi resultado de um esforço conjunto do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e Ministério da Educação (MEC), possuindo o

[...] objetivo de propiciar a formação e capacitação de pessoas com elevada qualificação em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica, e centros de pesquisa estrangeiros de excelência, além

<sup>4</sup> Uma vez mais reforça-se que o Programa sofreu alterações fundamentais em sua delimitação estratégica no ano de 2016; em que pese tal fato, este texto considera o CsF nos moldes concebidos em 2011 e os resultados obtidos com sua implementação até 2015.



de atrair para o Brasil jovens talentos e pesquisadores estrangeiros de elevada qualificação, em áreas de conhecimento definidas como prioritárias (BRASIL, 2011, Art.1º).

Ou seja, ao mesmo tempo o Programa tem os objetivos de contribuir com a internacionalização das instituições brasileiras, fomentando o intercâmbio de pessoal junto a instituições de excelência no exterior, e o aumento na mão de obra qualificada no país.

### ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DO CSF CHAMAM A ATENÇÃO

Em primeiro lugar chama a atenção o destino dos estudantes beneficiários do Programa. O intuito do CsF é claramente financiar a qualificação de brasileiros junto a “instituições de excelência” no exterior de modo que, ao retornarem ao Brasil estes recursos humanos possam colaborar para o desenvolvimento científico e a inovação tecnológica do país; para tanto, o candidato ao financiamento poderia escolher instituições em 22 países com os quais o Programa firmou convênio e submeter-se ao processo seletivo conforme edital.<sup>5</sup>

Em segundo lugar, cabe destacar a quantidade e o tipo de financiamento pretendido pelo Programa. A meta seria distribuir 101 mil bolsas entre 2011 e 2015, com recursos oriundos do Governo Federal (75.000 bolsas), primordialmente, e de empresas privadas, bancos e estatais. O financiamento poderia ser solicitado por estudantes e pesquisadores de vários níveis de qualificação: alunos de graduação (64 mil bolsas para graduação sanduíche no exterior), doutorado (15 mil bolsas para doutorado sanduíche no exterior e 4,5 mil para doutorado pleno) e pós-doutorado (6.440

<sup>5</sup> Foram estabelecidas parcerias com IES dos seguintes países: Alemanha, Áustria, Austrália, Bélgica, Canadá, China, Cingapura, Coreia do Sul, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Holanda, Hungria, Índia, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Rússia, Suécia, Suíça e Ucrânia. Esta lista é considerada aberta, podendo haver o estabelecimento de parcerias com outros países.



bolsas). Além destas, havia a previsão da concessão de 7.060 bolsas chamadas ‘desenvolvimento tecnológico e inovação no exterior’, destinadas ao aperfeiçoamento de recursos humanos – pesquisadores, especialistas e técnicos. Já o processo inverso – o financiamento de estrangeiros que desejassem capacitar-se no Brasil – contava com 2.000 bolsas destinadas à atração de ‘jovens talentos’ e outras 2.000 para ‘pesquisadores visitantes especiais’. Assim, o CsF contava com duas modalidades de financiamento: as bolsas concedidas a estudantes brasileiros para realização de atividades no exterior e a as bolsas concedidas a estrangeiros para qualificação no país.

Por fim, cabe notar que o Programa se coaduna com uma política de fortalecimento à produção e inovação tecnológica com foco em áreas do conhecimento e temas específicos das Ciências Naturais, Exatas e Biológicas, além da Tecnologia.<sup>6</sup>

Estas características são as marcas principais do programa que será analisado a seguir, no que diz respeito à sua implantação nas universidades públicas estaduais de São Paulo.

## AS UNIVERSIDADES PÚBLICAS ESTADUAIS PAULISTAS

As universidades estaduais de São Paulo surgiram com o intuito de proporcionar formação acadêmica e contribuir para a pesquisa e para o desenvolvimento científico e tecnológico, em sentido pleno e universalista. Aquelas que terão o foco deste artigo são a Universidade de São Paulo, a Universidade Estadual de Campinas e a Universidade Estadual Paulista. As três, juntamente com as Faculdades de Tecnologia (Fatecs), sob a coordenação do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETPS), vinculada

6 Foram definidas como prioritárias: “engenharias e demais áreas tecnológicas; ciências exatas e da terra; biologia, ciências biomédicas e da saúde; computação e tecnologias da informação; tecnologia aeroespacial; fármacos; produção agrícola sustentável; petróleo, gás e carvão mineral; energias renováveis; tecnologia mineral; biotecnologia; nanotecnologia e novos materiais; tecnologias de prevenção e mitigação de desastres naturais; biodiversidade e bioprospecção; ciências do mar, indústria criativa; novas tecnologias de engenharia construtiva; e formação de tecnólogos” (BRASIL, 2013).



à Secretaria Estadual de Desenvolvimento, e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), são partes integrantes de política estadual para o ensino superior.

O decreto de fundação da Universidade de São Paulo (USP) data de 25 de janeiro de 1934. A USP é resultado da reunião de instituições isoladas de formação profissional no estado de São Paulo, algumas existentes desde o século XIX, de alguns institutos e da criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras que ainda incorporou o Instituto Caetano de Campos, elevando para o nível superior a formação de professores para o ensino secundário. Algumas faculdades e instituições isoladas situadas no interior do Estado constituíram-se na gênese dos sete *campi* atuais (USP, 2015).

A USP oferece 300 cursos de graduação em seis institutos e 42 unidades de ensino e pesquisa, e possui 6.090 docentes, 17.199 servidores técnico-administrativos e 94.875 alunos matriculados – sendo 59.081 alunos de graduação e 30.039 de pós-graduação (14.130 mestrandos e 15.909 doutorandos) (USP, 2015).<sup>7</sup> Conta ainda com 222 programas de pós-graduação em todas as áreas do conhecimento, totalizando mais de 100 mil egressos entre mestres e doutores. No ano de 2014 nela titularam-se 3.625 mestres e 2.704 doutores, colocando a universidade entre as instituições acadêmicas que mais formam doutores no mundo (USP, 2015).

A Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) foi fundada em 1966 em Campinas, distante cem quilômetros da capital do estado de São Paulo, com clara ênfase na pós-graduação e na pesquisa. A universidade conta com 24 unidades de ensino e pesquisa, dois hospitais universitários, 23 núcleos e centros interdisciplinares e dois colégios técnicos, distribuídos em três *campi*. A Universidade dispõe de 1.739 docentes e 7.878 não docentes (servidores técnico-administrativos e pesquisadores). Ao todo são oferecidos 66 cursos de graduação, nos quais estão

<sup>7</sup> Dados referentes ao ano de 2014, conforme USP (2015).



matriculados 18.698 alunos, e 153 cursos de pós-graduação, com 15.918 alunos matriculados.<sup>8</sup> Tais números a colocam como a universidade brasileira com maior percentual de pós-graduandos, frente ao número total de alunos.

A criação da Universidade Estadual Paulista (Unesp) data de 1976. Desde o final de 1968 – ano em que foi promulgada a ‘Lei da Reforma Universitária’ (Lei no 5540/68) – o governo federal reorientou a política pública para o setor educacional com o objetivo de formar novos profissionais para o mercado de trabalho em expansão e de racionalizar os recursos já aplicados, especialmente as vagas disponíveis para o ingresso no ensino superior. As medidas, dentre outras, previram a junção das faculdades isoladas em universidades, a substituição das cátedras por departamentos, a criação do vestibular classificatório e a oferta de licenciaturas curtas. Seguindo tais diretrizes foi criada a Unesp, unindo institutos isolados de ensino superior existentes no interior do estado de São Paulo, e efetivada por meio da Lei Estadual 952/76.<sup>9</sup> Em 2015, compõem a Unesp 34 unidades universitárias, dispersas em 24 municípios do Estado; nela estudam cerca de 37.000 estudantes de graduação e 13.500 de pós-graduação e trabalham em torno de 3.800 docentes. A universidade disponibiliza 155 cursos de graduação além de 146 programas de pós-graduação.

As três universidades públicas estaduais paulistas são reconhecidas pela sua excelência acadêmica tanto no país como internacionalmente, estando presentes em diversos *rankings* que avaliam e qualificam as IES e tornaram-se referência na implementação do Programa, com destaque para a USP, como abordaremos com maior detalhamento a seguir.

8 Dados referentes ao ano de 2014, disponíveis em Unicamp (2016).

9 Dados disponíveis em Unesp (2016).



## O PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS E SUA IMPLEMENTAÇÃO NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS PÚBLICAS DE SÃO PAULO<sup>10</sup>

O fortalecimento das três universidades estaduais paulistas – e importante ponto de inflexão da política de ensino superior no estado – deu-se a partir do final dos anos de 1980, quando foi estabelecida sua autonomia orçamentária, por meio da destinação de uma quota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), de competência do Governo Estadual, às Universidades.

Já em 2005 o governo do Estado elaborou um Plano Diretor para o Desenvolvimento do Ensino Superior Público do Estado de São Paulo (PDI) apresentando, entre outros, o objetivo de aumentar o número de matrículas no sistema público estadual de ensino superior em cursos de graduação presenciais e à distância. Além deste objetivo, o Plano previa a manutenção de seu modelo de autonomia das universidades, focada na formação acadêmica de alto nível, na produção científica e cultural original. Nesta ocasião, o tema de ‘internacionalização’ praticamente não é mencionado e surge somente enquanto meta da pós-graduação, ao recomendar a ampliação dos cursos de Mestrado e Doutorado, e reforçando o papel da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) que deveria, a partir de então, investir de forma “organizada e consistente” em bolsas de doutorado e pós-doutorado sanduíche no exterior em todas as áreas de conhecimento. Com o tempo este tema ganha maiores proporções assumindo, a partir dos anos 2010,

10 Cabe ressaltar dois pontos: (1) são analisados os dados disponíveis no sítio do Programa CsF na internet existentes em 13 de outubro de 2016, que consideram os dados computados até janeiro de 2016. Há dois conjuntos de dados tanto para a USP como para a Unesp, sem que haja uma explicação para tanto; portanto, para fins deste trabalho, os dados desmembrados destas universidades foram somados e apresentados nas Tabelas; e (2) a totalização dos dados disponíveis é diferente, em função da desagregação proposta, portanto as somatórias de bolsas concedidas nas Tabelas 1, 2 e 3 são diferentes entre si. Acredita-se que este fato esteja relacionado a dados ainda em processamento ou para os quais não há informação. Os dados faltantes representam menos de 1% das bolsas concedidas, o que torna este número irrelevante para a análise realizada.



nova dimensão estratégica para as três universidades, conforme destacado em Pavarina e Cunha (2013).<sup>11</sup>

O CsF contribuiu para este processo de internacionalização e provocou mudanças, em particular no que diz respeito ao âmbito da graduação, intensificando-a e dando-lhe uma direção particular, para além de suas diretrizes internas.

Entre 2011 e 2015, o Programa Ciência sem Fronteiras concedeu 19.232 bolsas de estudos a estudantes vinculados a IES do estado de São Paulo; para as três universidades públicas estaduais foi destinada mais da metade desta quantidade (10.992 bolsas, conforme dados de CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS, 2016).

Conforme dados da Tabela 1 pode-se notar uma alteração significativa que o Programa introduziu com relação às políticas de internacionalização do ensino superior anteriormente desenhadas e implementadas, que focavam muito mais na pós-graduação e/ou no deslocamento de docentes. Isto porque mais de dois terços das bolsas concedidas foram destinadas a estudantes de graduação (71,55% do total concedido às três IESs, sendo 72,3% das bolsas vinculadas à USP, 72,3% das da Unicamp e 69,2% daquelas atribuídas à Unesp). Cabe destaque igualmente, à concessão de bolsas para realização de doutorado, sobretudo na modalidade 'sanduíche' (18,8% do total de bolsas) e de estágio pós-doutoral (5,2% do total).

As modalidades de bolsas para realização de doutorado integralmente no exterior, assim como mestrado, totalizam menos de 3% do total de bolsas concedidas.

Percentual menor ainda, 1,8% (ou 200 bolsas) foram destinadas a estrangeiros, por meio das modalidades 'Atração de Jovens Talentos' e 'Pesquisador Visitante Especial'. Cabe lembrar que para ser beneficiado pela bolsa, o pesquisador visitante precisa

<sup>11</sup> Na USP, por exemplo, de acordo com o seu último Plano de Desenvolvimento Institucional 2012 – 2017, fortalecer-se dentre seus correlatos como uma instituição de 'classe mundial' é uma meta central e aparece enquanto missão da Universidade.



ter liderança em sua área de pesquisa e disponibilizar-se a vir ao Brasil pelo período mínimo de 30 dias e máximo de 90 dias por ano de duração de projeto de pesquisa que, por sua vez, deverá ter duração entre dois e três anos. Já o programa de atração de talentos para o Brasil foca em pesquisadores ou profissionais com atuação destacada nas áreas definidas como prioritárias pelo Governo Federal – ou seja, com produção científica e/ou tecnológica relevante em termos quali e quantitativos – e que estejam vinculados ao desenvolvimento de projetos de pesquisa ou de tecnologia em instituições brasileiras pelo período de até três anos.

Tabela 1 - Modalidade de bolsa concedida aos estudantes beneficiados pelo Programa Ciência sem Fronteiras, em função da IES de origem – acumulado entre 2011 e 2015

Modalidade/ IES	USP	Unicamp	Unesp	Total
Graduação Sanduíche no Exterior	4.245	1.723	1.897	7.865
Mestrado no Exterior	1	1	-	2
Doutorado Sanduíche no Exterior	998	397	670	2.065
Doutorado no Exterior	154	81	52	287
Pós-Doutorado no Exterior	340	147	86	573
Atração de Jovens Talentos	49	14	11	74
Pesquisador Visitante Especial	83	21	22	126
Total	5.870	2.384	2.738	10.992

Fonte: Elaboração das autoras com base em dados do Programa Ciência sem Fronteiras, 2016

A Tabela 2 apresenta os dados acerca do país de destino dos estudantes beneficiados pelo Programa Ciência sem Fronteiras, para cada uma das universidades estaduais paulistas. Nota-se por esta tabela que os números do CsF são significativos, do ponto de vista absoluto sobremaneira, por tratar-se de curto período de tempo.

O Programa definiu alguns países considerados ‘estratégicos’ para realização das atividades no exterior, muito embora a lista permanecesse aberta para incorporações de novas nações. É indiscutível, entretanto, a relação estabelecida com países centrais,



enquanto destino internacional de brasileiros: principalmente países desenvolvidos da América do Norte e Europa, além de países da Oceania e Leste Asiático.

O principal destino de estudantes brasileiros são os Estados Unidos da América (EUA), seguido pela França, Reino Unido e Alemanha.

O destaque obtido pelos países de língua inglesa demonstra a importância do idioma para a atração de estudantes brasileiros. EUA e Reino Unido, juntamente com Austrália e Canadá (que são o 5º e o 6º destino dos bolsistas do CsF), Irlanda e Nova Zelândia, assim como Índia e África do Sul, que têm o inglês como um dos idiomas oficiais do país, totalizam quase 56% das bolsas. Cabe destacar, entretanto, que é possível que os demais países ofereçam aulas, estágios ou programas de pesquisa também em idioma inglês.



Tabela 2 - País de destino dos estudantes beneficiados pelo Programa 'Ciência sem Fronteiras', em função da IES de origem – acumulado entre 2011 e 2015

País/ IES	USP	Unicamp	Unesp	Total
África do Sul	-	1	1	2
Alemanha	504	195	179	878
Argentina	1	-	-	1
Austrália	467	211	182	860
Áustria	11	3	7	21
Bélgica	50	25	11	86
Brasil	132	35	33	200
Canadá	401	178	216	795
Chile	5	-	-	5
China	8	3	5	16
Coreia do Sul	21	10	12	43
Dinamarca	17	11	11	39
Eslováquia	-	-	1	1
Eslovênia	1	-	-	1
Espanha	290	130	174	594
Estados Unidos	1.538	575	725	2.838
Finlândia	18	10	2	30
França	610	295	425	1.330
Grécia	1	1	1	3
Holanda	220	61	55	336
Hungria	101	11	58	170
Índia	1	-	1	2
Irlanda	162	49	94	305
Israel	2	1	1	4
Itália	228	68	129	425
Japão	47	28	14	89
Luxemburgo	-	1	-	1
Não identificado	1	-	-	1
Noruega	31	15	10	56
Nova Zelândia	28	5	11	44
Portugal	193	102	109	404
Reino Unido	716	332	245	1.293
República Tcheca	-	-	3	3
Suécia	44	20	12	76
Suíça	17	7	11	35
<b>Total</b>	<b>5.866</b>	<b>2.383</b>	<b>2.738</b>	<b>10.987</b>

Fonte: Elaboração das autoras com base em dados de Ciência sem Fronteiras, 2016

Nota: muito embora tenham sido destacados como países parceiros pelo Brasil, Cingapura, Polônia, Rússia e Ucrânia não receberam bolsistas do CsF



Por fim, na Tabela 3 é possível notar a distribuição de bolsas em função das áreas prioritárias para as quais são encaminhados os estudantes – marca fundamental do CsF – um programa que contempla, sobremaneira, o intercâmbio nas áreas de Ciências Exatas, Biológicas, Engenharias e suas tecnologias. A título de exemplo, a área de Engenharias e demais áreas tecnológicas concentram 42,3% das bolsas do Programa.

Tabela 3 - Área prioritária de estudo dos estudantes beneficiados pelo Programa 'Ciência sem Fronteiras', em função da IES de origem – acumulado entre 2011 e 2015

Área prioritária/ IES	USP	Unicamp	Unesp	Total
Biodiversidade e bioprospecção	81	32	33	146
Biologia, ciências biomédicas e da saúde	1.114	352	502	1.968
Biotecnologia	125	24	82	231
Ciências do mar	77	-	22	99
Ciências exatas e da terra	639	268	296	1.203
Computação e tecnologias da informação	319	158	71	548
Energias renováveis	38	12	16	66
Engenharias e demais áreas tecnológicas	2.347	1.290	1.001	4.638
Fármacos	275	37	67	379
Indústria criativa	369	118	215	702
Nanotecnologia e novos materiais	32	14	17	63
Não informado	62	24	29	115
Novas tecnologias de engenharia construtiva	13	6	-	19
Petróleo, gás e carvão mineral	1	7	3	11
Produção agrícola sustentável	332	34	369	735
Tecnologia aeroespacial	20	-	2	22
Tecnologias de prevenção e mitigação de desastres naturais	2	4	9	15
<b>Total</b>	<b>5.846</b>	<b>2.380</b>	<b>2.734</b>	<b>10.960</b>

Fonte: Elaboração das autoras com base em dados de Ciência sem Fronteiras, 2016

Nota: as áreas de Formação de Tecnólogos e Tecnologia mineral, consideradas prioritárias pelo Programa, não tiveram bolsistas do CsF.



As características apontadas neste estudo e sintetizadas nas Tabelas, desde logo, apontam para alguns sentidos bem específicos do Programa Ciência sem Fronteiras, desde as suas bases até a sua implementação de fato: (1) a inversão de prioridades de nível da internacionalização da pós-graduação para a graduação; (2) foco nas economias centrais e detentoras de maior “capital educacional” e (3) priorização de áreas vinculadas às Ciências Exatas, Biológicas e Tecnologia. Restam alguns comentários finais sobre os seus significados.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho ora apresentado, a partir de análise documental e comparada, focado no Programa Ciência sem Fronteiras, teve o objetivo de captar seus princípios e observar como ele está sendo inserido no cotidiano das universidades públicas do estado de São Paulo – Unesp, Unicamp e USP – e apresentou resultados importantes para, ao menos preliminarmente, pensarmos no significado de escolhas e estratégias adotadas por esta política.

O Programa, antes de se apresentar como um projeto vinculado a uma perspectiva de desenvolvimento nacional ou, ao menos, em uma perspectiva de aproximação de países de mesmo porte em termos educacionais e de tecnologia, em clara estratégia política, parece voltar-se para a importação de modelos de ciência e tecnologia dos países “ativos” ou das economias centrais. Parece privilegiar muito mais, pelo número de bolsas previstas e efetivamente concedidas, a ida de brasileiros para o exterior do que em esforços ativos para recebimento de estrangeiros, reforçando a importação de conhecimento *in loco* em detrimento de uma perspectiva de seu desenvolvimento genuíno. Por outro lado, o Programa apresenta a novidade de inserir a graduação no processo de internacionalização, o que representa uma estratégia mais ainda reforçadora deste caráter, ao revés de um instrumento em prol da construção de algo mais sólido e profundo em termos de autonomia de conhecimento. Corre-se ainda mais o risco de transferência de ‘pensamentos’ dos países hegemônicos para



o país, ampliando a rede de influência cultural e política dos países desenvolvidos, pois no estudo de graduação, há mais aprendizado do que produção de conhecimento.

Em que pese o elevado volume de estudantes, pesquisadores e docentes vinculados às IES estaduais paulistas encaminhados ao exterior, as universidades acabam sendo destino de poucos alunos e pesquisadores estrangeiros, em sintonia com a vocação ‘passiva’ que o Brasil tem na ‘geopolítica do conhecimento’, nos termos de Lima e Contel (2011). Talvez seja um indício da falta de maturidade para captação dos estudantes e pesquisadores ou inexistência de políticas públicas que sejam capazes de estimular a inserção ativa das universidades no processo de internacionalização. Há de se ressaltar igualmente os limites impostos pelo uso e domínio da língua portuguesa, o que pode afastar estrangeiros das universidades paulistas – e também das brasileiras, de modo geral.

Todos estes aspectos, articuladamente, remetem a ganhos quantitativos do Programa no que se refere à internacionalização da educação superior no caso brasileiro. Porém, em termos qualitativos, parecem indicar uma escolha de política pública fortemente vinculada a uma visão bastante restritiva do processo educacional e do próprio desenvolvimento e seus elementos criadores, assim como do papel do país e seus educandos neste processo.

## REFERÊNCIAS

- AUPETIT, S.D. *Internacionalización y proveedores externos de educación superior en los países de américa latina y en el Caribe*. México, DF: Asociación Nacional de Universidades e Instituciones de Educación Superior, 2005.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. *Gabinete do Ministro. Portaria Interministerial 1, de 9 de janeiro de 2013*. Disponível em: <[http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/documents/214072/5058435/MEC\\_MCTI\\_temas+prioritarios\\_Csf.pdf](http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/documents/214072/5058435/MEC_MCTI_temas+prioritarios_Csf.pdf)>. Acesso em: 13 ago. 2016.
- BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Casa Civil. Decreto 7642, de 13 de dezembro de 2011. Institui o Programa Ciência sem Fronteiras*. Disponível em:



- < <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/documents/214072/5058435/Decreto7642-Csf.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2016.
- CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS. *Painel de Controle do Programa Ciência sem Fronteiras*. Disponível em: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/painel-de-controle>>. Acesso em: 13 out. 2016.
- DIAS SOBRINHO, J. *Dilemas da educação superior no mundo globalizado: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento?* São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.
- GENTILI, P. (ORG.). *Globalização Excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- KNIGHT, J. *An internationalization model: responding to new realities and challenges*. IN: DE WIT, H.; JARAMILLO, I.C; GACEL-ÁVILA, I.; KNIGHT, J. (eds). *Higher education in Latin America: the international dimension*. Washington, DC: The International Bank for Reconstruction and Development/The World Bank, 2005.
- KNIGHT, J. *Internationalization remodeled: definition, approaches, and rationales*. *Journal of Studies in International Education*, v.8, n.1, 2004.
- LAUS, S.P.; MOROSINI, M.C. *Internationalization of higher education in Brazil*. IN: DE WIT, H.; JARAMILLO, I.C; GACEL-ÁVILA, I.; KNIGHT, J. (eds). *Higher education in Latin America: the international dimension*. Washington, DC: The International Bank for Reconstruction and Development/The World Bank, 2005.
- LIMA, M.C.; CONTEL, F.B. *Internacionalização da educação superior: nações ativas, nações passivas e a geopolítica do conhecimento*. São Paulo: Alameda, 2011.
- OLIVE, A.C. *Histórico da educação superior no Brasil*. IN: SOARES, M.S.A. (coord.) *A educação superior no Brasil*. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002.
- PAVARINA, P.R.J.P; CUNHA, M.F. *O papel estratégico da internacionalização da educação superior nas universidades públicas do Estado de São Paulo* IN: UNI-FACEF. *Educação e Políticas Públicas: desafios, reflexões e possibilidades*. Franca/SP: Uni-Facef, 2013.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2011.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Anuário estatístico 2015*. Disponível em: < [https://uspdigital.usp.br/anuario/br/acervo/AnuarioUSP\\_2015.pdf](https://uspdigital.usp.br/anuario/br/acervo/AnuarioUSP_2015.pdf)>. Acesso em 18 set. 2016.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. *História e números da Unicamp 2014*. Disponível em: < <http://www.unicamp.br/unicamp/a-unicamp/historia>>. Acesso em: 18 set. 2016.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. *Perfil*. Disponível em: <<http://www.unesp.br/portal#!/apresentacao/perfil/>>. Acesso em: 18 set. 2016.
- VAN DAMME, D. *Quality issues in the internationalization of higher education*. *Higher Education*, n.41, p. 415-441, 2001.